

Em sua quarta edição, o evento contou com as presenças de representantes de companhias e instituições voltadas à gerência de Riscos e aos mercados de seguros e resseguros



Na última quinta-feira (27), a Associação Internacional do Direito do Seguro - AIDA Brasil - realizou a segunda e última parte do IV Encontro Nacional de Seguro de Responsabilidade Civil. Híbrido, o evento foi composto por dois painéis e ocorreu na Escola de Negócios e Seguros, em São Paulo. Reuniu cerca de 40 expectadores no formato presencial e 100 no virtual. Foi transmitido ao vivo pelo canal da AIDA Brasil no Youtube e já conta com centenas de visualizações posteriores.

O terceiro painel teve como objetivo debater o tema da Responsabilidade Civil pela perspectiva do compliance ambiental, por conta da atualização pela qual o mercado vem passando, em razão do advento da Circular SUSEP nº 666. Teve como mediador o diretor acadêmico da AIDA Brasil, Pery Saraiva Neto, e quatro convidados especiais: Marco A. Ferreira (SUSTENSEG), Juliana Pelegrin (FENABER), Christian Mendonça (ABGR), e Fábio Barreto (FENSEG). Com o tema Gerenciamento de Crise e Risco Cibernético no Seguro de RC, o quarto painel foi mediado pelo vice-presidente mundial da AIDA, Sergio Ruy Barroso de Mello, e teve como palestrantes importantes nomes como Cláudio M. Pinto (SINCOR-SP), Marta H. Schuh (Marsh), e Fernanda Fontes (ABGR).

III PAINEL

Contextualizando o tema da primeira palestra, após as saudações iniciais, Pery Saraiva fez uma breve apresentação sobre a definição dos riscos de sustentabilidade. E para trazer a visão de segurador, comprador de soluções, Fábio Barreto comentou as novas diretrizes da circular, tendo afirmado que "Obviamente ela torna o processo mais criterioso, porque imputa aspectos a serem verificados e certificados. Então, isso imediatamente acaba por se tornar, no curtíssimo prazo, um risco para quem não tem. Mas por outro lado, gera oportunidade de exatamente garantir uma melhoria da forma como as empresas abordam esses temas e implementam essas práticas nas suas operações".

Por ter os dois lados, a expectativa do segurador estará em como o mercado irá reagir e atuar na diferenciação desses perfis diferenciados de empresas. Para Christian Mendonça, a grande questão é se o mercado vai estar preparado também para diferenciar a avaliação de risco e precificar de forma diferenciada. A expectativa também vai para que as seguradoras consigam, por meio dessa circular, fazer um processo de subscrição taylor made e que o mercado consiga fazer uma

diferenciação entre as empresas que realmente implementam práticas de sustentabilidade e as traduzem nas suas operações de maneira genuína e as que não as fazem.

Para Barreto, essa norma representa o que ele tem visto nos últimos três anos, que é a questão do boom que o ESG trouxe. "As empresas que não aderirem a essas práticas não terão uma sobrevida. Tem que estar enraizado em sua cultura empresarial" orientou. No que diz respeito ao seguro ambiental, atualmente o que as empresas precisam comprovar é um bom gerenciamento ambiental de suas operações para ter direito a uma apólice de seguros

Em relação aos estudos já existentes que podem auxiliar na implementação das medidas previstas e propostas pela Circular nº 666, Marco Antônio Ferreira destacou o 'Guia para integração de aspectos ASG em ramos elementares de seguros' que, segundo ele, é como se fosse um espelhamento da circular. Traz um passo a passo, em oito etapas, de como fazer uma proposta de integração ASG em qualquer ramo de seguro, no setor para ramos elementares. "Ele é riquíssimo em exemplo e está sendo, pelo que eu venho vendo no mercado, um grande pilar para as seguradoras que estão começando, por exemplo. As conexões desse guia são, na minha opinião, muito importantes para fundamentar os trabalhos", disse, acrescentando que outra ferramenta que pode ser utilizada pelo mercado é o benchmarking das práticas que as seguradoras globais já adotam.

Quanto ao modo como esses desafios vêm sendo tratados internamente para a construção desse modelo de matriz de novos riscos, Juliana considera que a adaptação das políticas de sustentabilidade local não é um trabalho apenas do risk manager da empresa. Também envolve outras áreas, como a de produtos, subscrição, legal, compliance e TI. A executiva acredita que existe um tempo para dar descontinuação no que é muito poluente, para que isso seja adaptado e se torne um risco sustentável e para que os resseguradores sejam agentes de mudanças e auxiliem nessas implementações.

Quando o assunto é o preparo para subscrição de riscos, de forma detalhada e diferenciada, e a detenção de ferramentas para colocar as determinações da circular em prática, Christian Mendonça receia que o mercado ainda não esteja pronto. "Se olharmos todos os ramos, existe diferenciação na forma como o mercado subscreve diferentes tipos de riscos. Existe a necessidade de tratar, por exemplo, uma subscrição de responsabilidade civil como uma inspeção de property, para realmente investigar e avaliar particularidades da operação, como aquela empresa adere as práticas ASG. E muitas vezes não é possível traduzir isso num mero questionário", comentou. Em sua visão, existe uma série de iniciativas e estruturas que o mercado já utiliza. Por outro lado, existe uma disparidade quando se coloca isso numa avaliação multilinhas. A circular só fala sobre o que deve ser investigado ou restrito, mas não diz o que deve ser concedido para as empresas que a assim o fazem. Esse é um ponto que na minha opinião deve ser complementado na circular", analisou.

Para Fábio Barreto, algumas linhas estão mais preparadas que outras, o que vai requerer uma adaptação das seguradoras. Ainda não há ferramentas voltadas para a linha de riscos ambientais. "Existe um processo de subscrição mais detalhado e disposto a revisar esses pontos de ações implementadas sobre a questão ESG do que ferramentas propriamente pré-estabelecidas. Mas eu presumo que a circular vai levar as companhias a criar essas ferramentas que serão aplicadas internamente ou que serão homogêneas no mercado", ponderou.

Em relação a liberdade local, Juliana entende que isso se aplica muito mais ao segurador. A preocupação do ressegurador vai ser em relação as métricas que estão sendo aplicadas ao segurador, que se dá através do contrato de resseguro. "De outra forma isso se tornaria facultativo e insustentável. Então, conhecer melhor a subscrição e a implementação da política de sustentabilidade da seguradora é o ponto", sinalizou.

IV PAINEL

Os riscos cibernéticos têm ocupado cada vez mais as manchetes dos jornais e, conseqüentemente,

se tornaram uma preocupação das organizações. Para dar luz ao tema, Marta H. Schuh preparou uma apresentação sobre como as coberturas estão funcionando e como estão se comportando os incidentes cibernéticos em relação ao acionamento dessas apólices no Brasil. Durante a sua explanação, a executiva também contemplou casos e exclusões do produto.

"O risco evoluiu e o número de também. Conseqüentemente, isso trouxe uma preocupação e os resultados estão aí. Hoje, o maior nível de acionamento está relacionado a indústria. E a maior parte de procura que eu tenho hoje, depois de instituições financeiras para a contratação desse produto é justamente de indústrias", reiterou.

De acordo com a painelistas, o sistema industrial tem hoje uma porta de entrada escancarada quando comparado ao sistema de TI. O hacker explora o sistema que está desprotegido, explora essas vulnerabilidades e chega em sistemas administrativos, causando um efeito em cadeia. Para Marta, é preciso criar barreiras e tentar entender como o impacto operacional pode se dar em cada organização.

Fernanda Fontes, por sua vez, enfatiza que o risco vai sempre existir. Alguns são inerentes ao negócio, por isso é necessário ter conhecimento a respeito. Estrategicamente, a companhia, precisa definir qual é o seu apetite de riscos. Sobre a função do risco cibernético, Cláudio M. Pinto explica que trata-se de um seguro de responsabilidade civil e proteção de dados. O executivo apontou também que existem diversos riscos cibernéticos para os quais não existem coberturas securitárias.

"Tanto que há uns três anos o Lloyds liderou um movimento chamado "silent coverage". O mercado percebeu que havia um monte de risco cibernético nas apólices de outros ramos e precisava destacar o que não cobria. Foi um movimento global", contou.

Segundo o executivo, muitas exclusões não estão explícitas na apólice de cyber e todas as seguradoras estão correndo o risco de um dia ter que indenizar um sinistro simplesmente por não ter discriminado as devidas exclusões no contrato", alertou. Outro ponto abordado pelo representante do Sincor-SP foram as atividades das PMES, como elas estão preparadas para ataques cibernéticos. Segundo levantamento exibido pelo palestrante, 70% das empresas responderam que não têm risco cibernético, 23% disseram ter consciência dos riscos aos quais estão expostas, mas não sabem que providências tomar, e apenas 7% afirmaram ter um seguro.

Ao final de sua apresentação o executivo chamou a atenção dos expectadores para o principal risco que, em sua opinião, na maioria das vezes é o lucro cessante (ransoware). "Quando pensarem em seguros, as pequenas e médias empresas devem focar mais na questão das assistências e das despesas emergenciais", finalizou.

Ao final dos painéis os palestrantes responderam às perguntas dos expectadores.

Assista a live completa no canal da AIDA

<https://www.youtube.com/watch?v=HHFB-m7INis&t=16s>

Fonte: Oficina do Texto, em 01.11.2022